

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO
ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA
LETÍCIA LOBATO ANICET LISBOA

Coordenador(es)

REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Área específica

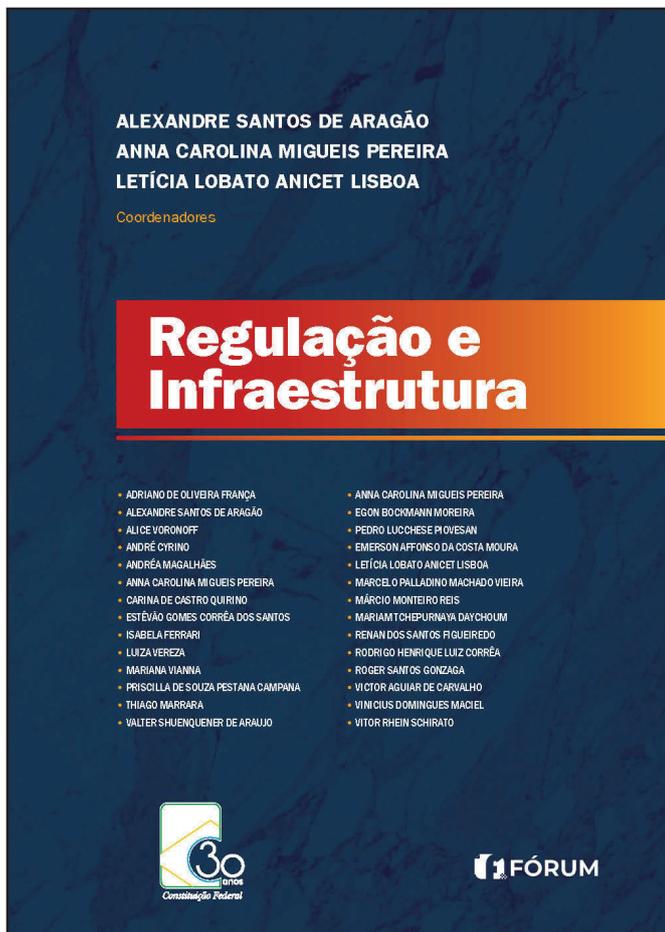
Direito Administrativo

Áreas afins

Direito Regulatório, Direito da Infraestrutura,
Direito Administrativo Econômico, Direito
Constitucional, Direito Empresarial, Direito
Público e Direito Econômico.

Público-alvo/consumidores

Advogados, Advogados Públicos, empresários,
profissionais atuantes nos setores de direito
regulatório e de infraestrutura em geral,
servidores públicos, acadêmicos de Direito e
demais interessados na matéria.



A presente obra coletiva objetivou trazer à baila artigos que investigassem a regulação, em especial das infraestruturas, sob as suas mais contemporâneas necessidades, e é fruto de grupos de pesquisa do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, contando, ainda, com contribuições de professores de direito público convidados pelos organizadores.

Organizou-se a obra em duas partes, sendo a primeira relativa às novas perspectivas da regulação e a segunda mais especificamente sobre as infraestruturas e seus aspectos institucionais.

Por fim, esse projeto foi viabilizado pelo fomento promovido pela Cátedra em Direito Regulatório originada no convênio entre a Vale S.A. e UERJ. Essa parceria viabilizou não apenas o apoio a algumas das pesquisas em direito regulatório e de infraestrutura aqui apresentadas, mas a própria publicação desta obra.

Com este livro, busca-se apresentar o atual cenário das matérias, com objetivo de contribuir para a formação de sólidos e eficientes institutos do direito administrativo econômico.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 2017.

Os coordenadores

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 10001460

R344	Regulação e infraestrutura / Alexandre Santos de Aragão, Anna Carolina Migueis Pereira, Leticia Lobato Anicet Lisboa (Coords.). - Belo Horizonte : Fórum, 2018. 693p. ; 17cm x 24cm. ISBN: 978-85-450-0542-1
	1. Regulação. 2. Infraestrutura. I. Aragão, Alexandre Santos de. II. Pereira, Anna Carolina Migueis. III. Lisboa, Leticia Lobato Anicet. IV. Título.
2018-704	CDD 330.908 CDU 331.108

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ARAGÃO, Alexandre Santos de; PEREIRA, Anna Carolina Migueis; LISBOA, Leticia Lobato Anicet (Coord.). *Regulação e infraestrutura*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 693p. ISBN 978-85-450-0542-1.

Alexandre Santos de Aragão

Professor Titular de Direito Administrativo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado.

Anna Carolina Migueis Pereira

Doutoranda e mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Convidada da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio). Procuradora do Estado do Rio de Janeiro.

Leticia Lobato Anicet Lisboa

Doutoranda e mestre em Direito de Empresa e Atividades Econômicas pela UERJ. Especialista em Direito Civil Constitucional pela UERJ. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Advogada.

SUMÁRIO

NOTA DOS COORDENADORES	17
------------------------------	----

PRIMEIRA PARTE

NOVAS PERSPECTIVAS DO DIREITO REGULATÓRIO

Capítulo 1

AS NOVAS PERSPECTIVAS DA REGULAÇÃO E O JUDICIÁRIO BRASILEIRO

ADRIANO DE OLIVEIRA FRANÇA	21
1.1 Introdução	21
1.2 Do panorama atual.....	21
1.3 Novas técnicas regulatórias	26
1.4 Dos reflexos das novas técnicas sobre a relação regulação-Judiciário.....	29
1.5 Do controle judicial da atividade reguladora não estatal sem e com transferência de função pública.....	32
1.6 Conclusão	47
Referências.....	48

Capítulo 2

FUNGIBILIDADE DA ATUAÇÃO DIRETA DO ESTADO NA ECONOMIA COM A REGULAÇÃO E O FOMENTO

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	51
2.1 Atuação direta reguladora	55
2.2 Atuação direta fomentadora.....	59

Capítulo 3

SOBRE AGÊNCIAS REGULADORAS, SANÇÕES E PREÇOS: UM OLHAR A PARTIR DAS LENTES DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

ALICE VORONOFF	63
3.1 O modelo de agências reguladoras no Brasil: do otimismo à frustração.....	63
3.2 O Estado regulador brasileiro e a expansão do direito administrativo sancionador.....	66
3.3 Agências reguladoras e o exercício da competência sancionatória. Inventário de alguns problemas	68
3.4 Um olhar para os problemas a partir das contribuições da análise econômica do direito	73
3.4.1 A Escola de Chicago e a análise econômica do direito sancionatório	73
3.4.2 Um olhar crítico do exercício da competência sancionatória pelas agências à luz das contribuições da Escola de Chicago.....	75
3.5 Reflexões finais	78

Capítulo 4

REGULAÇÕES EXPROPRIATÓRIAS: APONTAMENTOS PARA UMA TEORIA

ANDRÉ CYRINO	81
4.1 Introdução ao tema	81
4.2 O problema e a falta de soluções teóricas satisfatórias.....	85
4.3 As contribuições da experiência do direito comparado	86
4.3.1 O <i>case Law</i> dos EUA	87
4.3.2 A literatura sobre <i>regulatory takings</i> nos EUA	89
4.4 Uma possível teoria brasileira das regulações expropriatórias?	94
4.5 Necessidade de revisão da doutrina das desapropriações indiretas e das limitações administrativas. Em busca de uma teoria dos excessos regulatórios no Brasil.....	95
4.5.1 A nulidade como consequência. A regulação expropriatória é espécie de desvio de finalidade constitucional.....	99
4.5.2 Normas gerais podem ensejar indenização e expropriação.....	100
4.6 E quando haverá regulações expropriatórias?	101
4.7 Encerramento	104
Referências.....	104

Capítulo 5

A REGULÇÃO DE EMPRESAS SOB CONTROLE ESTATAL: HÁ REGULÇÃO RELUTANTE NO BRASIL?

ANDRÉA MAGALHÃES	109
5.1 Introdução	109
5.2 Regulção relutante: alguém lucra com a regulção fraca?	111
5.3 Elementos e o contexto brasileiro	115
5.3.1 Participação concorrencial do estado: novamente o capitalismo de Estado.....	115
5.3.2 Regulção de estatais: agências reguladoras, metarregulção internacional, autorregulção e regulção normativa	120
5.3.3 Desenvolvimento institucional	127
5.4 Resultado: valor de mercado?	134
5.5 Conclusão	136
Referências.....	137

Capítulo 6

REGULÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E RESGATES ESTATAIS: ALGUMAS REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES

ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA	141
6.1 Considerações iniciais.....	141
6.2 Propostas para uma regulção financeira mais eficiente	142
6.3 Estudo de caso: a nova legislação norte-americana (o <i>Dodd-Frank Act</i>)	151
6.3.1 Principais pontos do <i>Dodd-Frank Act</i>	152
6.3.2 Balanço do <i>Dodd-Frank Act</i>	160
6.4 Regulção financeira e crise econômica no Brasil	161
6.5 Síntese conclusiva.....	162
Referências.....	164

Capítulo 7

POLÍTICAS REGULTORIAS E A CAIXA DE FERRAMENTAS DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL

CARINA DE CASTRO QUIRINO	167
7.1 Introdução	167
7.2 Alteração do prisma de análise: a superação da racionalidade ilimitada e a centralidade do comportamento.....	168
7.3 Racionalidade limitada e contingenciamento de erros – Construindo novas premissas analíticas para a política regulatória	171
7.4 A análise de políticas regulatorias sob as premissas do comportamentalismo – Onde é que estamos falhando?.....	175
7.5 Críticas à economia comportamental aplicada ao direito – O início de novos “caminho” e “caminhar”	177
7.6 Robustecimento institucional – Condições para aprimorar a eficiência das políticas regulatorias	182
7.7 Conclusão	184
Referências	184

Capítulo 8

A RELAÇÃO ENTRE MERCADOS E GOVERNOS À LUZ DA TEORIA DAS FALHAS DE REGULÇÃO

ESTÊVÃO GOMES CORRÊA DOS SANTOS	187
8.1 Introdução	187
8.2 Falhas de regulção: uma proposta conceitual	190
8.3 Espécies de falhas de regulção	193
8.3.1 As quatro modalidades de falhas de regulção de Charles Wolf Jr.	194
8.3.2 As modalidades de falhas de regulção propostas por Cass Sunstein	197
8.3.2.1 Falhas na elaboração da norma regulatória	197
8.3.2.2 Falhas na concretização da norma regulatória	205
8.4 Síntese conclusiva.....	208
Referências	209

Capítulo 9

A ABERTURA DA REGULÇÃO AOS AGENTES PRIVADOS: ALGUNS *INSIGHTS* SOBRE A AUTOCERTIFICAÇÃO À LUZ DA TEORIA DA AUTORREGULÇÃO

ISABELA FERRARI	213
9.1 Introdução: o direito administrativo na atualidade: de um modelo altamente centralizado à administração policêntrica	213
9.2 A expansão do <i>soft law</i> administrativo.....	214
9.3 <i>Soft law</i> administrativo e regulção policêntrica	217
9.4 A autorregulção: conceito e espécies.....	218
9.5 A autocertificação.....	220
9.5.1 Modelos de autocertificação	222
9.5.2 Limites à atuação de entes autocertificadores	226

9.5.2.1	Sobre o procedimento: transparência?	230
9.5.2.2	Sobre a fundamentação da decisão: razão pública?	231
9.5.2.3	Sobre o controle: mandado de segurança?	233
9.6	Conclusões	238
	Referências.....	238

Capítulo 10

INTRODUÇÃO À ANÁLISE ECONÔMICA DAS REGULAÇÕES EXPROPRIATÓRIAS: UM NOVELO DE CUSTOS E INCENTIVOS

LUIZA VEREZA	241	
10.1	Introdução	241
10.2	A equivalência econômica entre a regulação expropriatória e a desapropriação típica: uma premissa necessária.....	244
10.3	A regra compensatória em três cenários.....	245
10.3.1	Indefinição quanto à regra compensatória: o perigo da incerteza.....	245
10.3.2	Regulação expropriatória gratuita: desincentivo às atividades produtivas, prejuízos aos expropriados, alocação ineficiente de recursos e ilusão fiscal.....	249
10.3.3	Não há almoço grátis: os custos e incentivos da regulação expropriatória indenizada.	256
10.3.3.1	O risco de <i>moral hazard</i> : supercapitalização e ineficiência econômica	256
10.3.3.2	Os custos administrativos da regra compensatória	261
10.4	Alternativas à regra compensatória: é possível conceber uma solução que neutralize ou reduza os custos da regra compensatória?	263
10.4.1	Seguro privado e seguro governamental.....	263
10.5	A proposta de Thomas J. Miceli e Kathleen Segerson: é possível solucionar a questão expropriatória por meio de um modelo econômico?	267
10.6	Conclusão: as contribuições da análise econômica para o equacionamento da questão expropriatória	268
	Referências.....	271

Capítulo 11

SOBREPOSIÇÃO REGULATÓRIA: OS RISCOS NA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DA ESPECIALIDADE

MARIANA VIANNA	275	
11.1	Introdução	275
11.2	O conceito de sobreposição regulatória	277
11.3	Relembrando a aplicação do critério da especialidade	281
11.4	Os riscos sobre o uso do critério da especialidade à sobreposição regulatória.....	283
11.4.1	Primeiro risco: a indeterminação e a clareza do texto legal	284
11.4.2	Segundo risco: a segurança jurídica e a eficiência	285
11.4.3	Reforça a visão em túnel	287
11.5	Conclusão	288

Capítulo 12

A NECESSIDADE DE UMA POSTURA JUDICIAL DE DEFERÊNCIA AOS ATOS REGULATÓRIOS

PRISCILLA DE SOUZA PESTANA CAMPANA	291	
12.1	Introdução	291
12.2	Limitações institucionais para o exercício de um controle judicial não deferente	293
12.2.1	Complexidade técnica e o dinamismo da regulação econômica.....	296
12.2.2	Efeitos prospectivos dos atos regulatórios	297
12.2.3	Multiplicidade de interesses envolvidos	298
12.3	Os riscos do controle judicial particularista	299
12.3.1	Excessiva judicialização, elevação dos custos sociais e redução do bem-estar	300
12.3.2	Enfraquecimento do papel do regulador e de sua atuação.....	302
12.3.3	Imutabilidade decorrente do trânsito em julgado.....	303
12.4	O Poder Judiciário brasileiro e a regulação econômica	303
12.5	Critérios e medidas concretas apresentadas para um controle judicial deferente	307
12.6	Conclusão	310
	Referências	311

Capítulo 13

REGULAÇÃO CONSENSUAL: O PAPEL DOS COMPROMISSOS DE CESSAÇÃO DE PRÁTICA NO AJUSTAMENTO DE CONDUTAS DOS REGULADOS

THIAGO MARRARA	313	
13.1	Introdução: a consensualização da regulação.....	313
13.2	Compromissos de cessação de prática: definição e conteúdo essencial.....	315

13.3	Utilidades regulatórias do compromisso de cessação de prática.....	319
13.4	Regime jurídico dos compromissos de cessação	322
13.5	Necessidade de previsão legal?.....	324
13.6	Conclusão	327
	Referências	328

Capítulo 14

OS QUATRO PILARES PARA A PRESERVAÇÃO DA IMPARCIALIDADE TÉCNICA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO	331
14.1 A regulação brasileira por meio de autarquias de regime especial	331
14.2 O mandato fixo nas agências reguladoras e a posição do STF	334
14.3 O controle (deferente e não deferente) dos atos das agências	340
14.4 Contingenciamento de recursos nas agências reguladoras e seu efeito asfixiante	346
14.5 A prejudicial supressão de competências das agências reguladoras	349
14.6 Conclusões.....	349

SEGUNDA PARTE

INFRAESTRUTURA E SEUS ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Capítulo 1

DESAPROPRIAÇÕES E REMOÇÕES NA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA: ENTRE AVANÇOS E OPORTUNIDADES PERDIDAS

ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA	355
1.1 Introdução	355
1.2 Desapropriações e projetos de infraestrutura: algumas propostas.....	358
1.2.1 Ampliação do rol de legitimados para a propositura da ação de desapropriação e repartição dos riscos da demanda ..	358
1.2.2 A desapropriação por zona como instrumento de remuneração de parceiros privados e concessionários.....	362
1.3 Desapropriações e remoções: para além da judicialização	364
1.3.1 Maior proteção aos envolvidos nos processos de remoções e desocupações	364
1.3.2 Normatização e incentivos para a desapropriação amigável	370
1.4 Conclusões	377

Capítulo 2

REGULAÇÃO PORTUÁRIA E CONTRATOS DE ARRENDAMENTO: ANÁLISE COMPARATIVA DE DOIS DIFERENTES MODELOS JURÍDICOS (BRASIL E ALEMANHA)

EGON BOCKMANN MOREIRA, PEDRO LUCCHESI PIOVESAN	379
2.1 Introdução	379
2.2 Modelos de gestão portuária	382
2.2.1 Classificação tradicional	382
2.2.2 O modelo do porto proprietário	383
2.3 O arrendamento portuário na Alemanha (Hamburgo).....	386
2.3.1 O porto sob a competência dos estados alemães e suas diferentes estruturas jurídicas	386
2.3.2 Por que Hamburgo? Titularidade municipal do porto.....	387
2.3.3 A Hamburger Hafen und Logistik AG	389
2.3.4 A Hamburg Port Authority	391
2.4 O arrendamento portuário no Brasil	393
2.4.1 O porto sob a competência da União	393
2.4.2 A Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013) e a cessão do porto à luz da Constituição Federal	394
2.4.3 Regramento do arrendamento portuário.....	397
2.4.4 A Administração dos portos de Paranaguá e Antonina – APPA	399
2.5 Análise comparativa entre os modelos de Hamburgo e Paranaguá.....	400
2.5.1 Vínculo União – APPA/Cidade de Hamburgo – HPA	400
2.5.2 Vínculo APPA – Arrendatário/HPA – Arrendatário	402
2.6 Considerações finais	402

Capítulo 3

REGULAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS E ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO: ANÁLISE DO PAPEL DO ESTUDO PRELIMINAR NA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA

EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA	405
3.1 Introdução	405
3.2 A regulação das infraestruturas e o <i>locus</i> administrativo	406

3.3	A regulação contratual e as exigências legais	410
3.4	O projeto básico e as falhas	411
3.5	Estudo de caso: análise das fiscalizações das obras públicas pelo Tribunal de Contas da União em 2015	416
3.6	Conclusão	419
	Referências.....	420

Capítulo 4

OS ENTRAVES NORMATIVOS À IMPLEMENTAÇÃO DO TRANSPORTE MULTIMODAL

LETÍCIA LOBATO ANICET LISBOA	423
Introdução	423
4.1 Percepção dos operadores de transporte multimodal sobre a regulamentação da atividade no Brasil.....	425
4.2 Entraves tributários e o CTMC.....	428
4.2.1 A bitributação de imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	428
4.2.2 A tributação do CTMC	430
4.3 O seguro de responsabilidade civil do OTM	433
4.4 A necessidade de regulamentação de normas de acesso à estrutura do transporte multimodal	439
4.5 A ausência de regulamentação normativa do operador logístico de cargas	441
Referências.....	448

Capítulo 5

A FEDERAÇÃO NA PERSPECTIVA REGULATÓRIA: EM BUSCA DE UMA COOPERAÇÃO EFICIENTE

MARCELO PALLADINO MACHADO VIEIRA	451
5.1 Introdução	451
5.2 Objeto de análise	452
5.3 A evolução da federação a partir da regulação econômica. O que o direito comparado nos tem a dizer.....	453
5.3.1 O exemplo norte-americano	453
5.3.2 O exemplo alemão.....	455
5.3.3 Algumas lições possíveis	457
5.4 Relações entre a regulação econômica e a federação brasileira.....	457
5.4.1 Competência legislativa em transporte ferroviário interestadual.....	458
5.4.2 Competência legislativa em saneamento básico. As regiões metropolitanas.....	460
5.5 A federação revisitada. Os princípios federativos à luz do pragmatismo.....	462
5.6 Administração gerencial e federação	464
5.7 A cooperação entre os entes federais. A desmistificação do “mito federativo”	465
5.8 Instrumentos em prol de uma federação eficiente	468
5.9 Conclusão	470
Referências.....	472

Capítulo 6

DE ONDE VÊM, O QUE SÃO, PARA ONDE VÃO E QUANTO CUSTAM OS BENS REVERSÍVEIS?

MÁRCIO MONTEIRO REIS	475
6.1 Introdução	475
6.2 Quais são os bens reversíveis (de onde vêm?)	478
6.3 Qual a natureza dos bens reversíveis (o que são?).....	487
6.4 Para onde vão os bens reversíveis?.....	499
6.5 Quando a reversão impõe o dever de indenizar? Como deve ser calculada a indenização? (Quanto custam?).....	505
6.6 Conclusão?	516
Referências.....	518

Capítulo 7

A CONCORRÊNCIA INTERMODAL NO TRANSPORTE TERRESTRE DE CARGAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOB A PERSPECTIVA DA OFERTA FERROVIÁRIA

MARIAM TCHEPURNAYA DAYCHOUM	521
Introdução	521
6.1 A competição entre modos terrestres de transporte	522
6.1.1 O histórico brasileiro	523
6.1.2 A decadência das ferrovias	530
6.2 A desestatização e o insuficiente impacto da reforma na oferta de infraestrutura ferroviária	534
6.2.1 A expansão da malha ferroviária brasileira no momento pós-desestatização	538
6.2.2 As tentativas de expansão da malha ferroviária no pós-desestatização	540
Conclusão	541
Referências.....	542

Capítulo 8

A INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RENAN DOS SANTOS FIGUEIREDO	547
8.1 Introdução	547
8.2 Obstáculos infraestruturais do sistema ferroviário brasileiro	549
8.3 A promoção ao desenvolvimento nacional sustentável através da licitação e da infraestrutura	551
8.4 Desenvolvimento econômico e social e redução de desigualdades regionais	555
8.5 Considerações finais	561
Referências	562

Capítulo 9

MECANISMOS DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO COMO GARANTIDOR DA EFICIÊNCIA DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

RODRIGO HENRIQUE LUIZ CORRÊA	565
9.1 Introdução	565
9.1.1 Do Estado patrimonial ao Estado gerencial: breve histórico dos investimentos em infraestrutura no Brasil	565
9.2 A concessão de serviços públicos no Brasil	567
9.3 A garantia constitucional do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos	569
9.4 Da alocação de riscos nos contratos de infraestrutura	572
9.5 Alocação de risco nas concessões e permissões da Lei nº 8.987/95: do critério tradicional aos critérios baseados na eficiência da alocação de riscos	575
9.6 Dos mecanismos alternativos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro: da política tarifária por incentivo e do Fator X	582
9.7 Conclusão	587
Referências	587

Capítulo 10

O NOVO REGIME DE EXPLORAÇÃO DOS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS DE CARGAS

ROGER SANTOS GONZAGA	589
10.1 Introdução	589
10.2 Breves apontamentos sobre o modelo reformado	590
10.3 O Decreto nº 8.129/2013 e a Política de Livre Acesso ao Subsistema Ferroviário Federal	593
10.4 Regime constitucional de exploração do transporte ferroviário de cargas	601
10.5 Novo modelo exploratório das ferrovias	606
10.5.1 Inteligência da Lei nº 10.233/2001 (com as alterações da Lei nº 12.743/2012)	607
10.5.2 Papel da Valec no novo modelo	609
10.5.3 Pluralidade de regimes	616
10.6 Conclusão	622
Referências	623

Capítulo 11

A FUNÇÃO REGULATÓRIA DA LICITAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA CONCORRÊNCIA E DE OUTRAS FINALIDADES PÚBLICAS

VICTOR AGUIAR DE CARVALHO	625
11.1 Introdução	625
11.2 Função regulatória da licitação como ferramenta de promoção de determinadas finalidades públicas	626
11.3 Função regulatória da licitação como ferramenta de promoção da concorrência	634
11.3.1 A função regulatória da licitação para incremento da competição nos mercados	638
11.3.2 A função regulatória como mecanismo para suprimir incentivos à adoção pelos particulares de práticas restritivas à concorrência nos certames licitatórios	640
11.4 Conclusões	643
Referências	643

Capítulo 12

DIREITO DE PRORROGAÇÃO DE CONCESSÃO: APONTAMENTOS À LUZ DO CASO DA USINA DE JAGUARA

VINICIUS DOMINGUES MACIEL	647
12.1 Introdução	647
12.2 A prorrogação no contrato de concessão	648
12.3 Prorrogação de concessão no setor elétrico e a Lei nº 12.783/2013	651
12.4 Conteúdo da cláusula de prorrogação, direito adquirido e poder de conformação legislativa	656
12.5 Do direito à indenização perante lei constitucional que retira possibilidade de prorrogação da concessão	660

12.6	Conclusões.....	662
	Referências.....	662

Capítulo 13

OS DESAFIOS DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO DIANTE DE NOVAS TECNOLOGIAS

VITOR RHEIN SCHIRATO.....	665
13.1 Colocação do tema	665
13.2 O conceito de serviço público.....	667
13.3 As implicações do serviço público.....	673
13.4 O regime jurídico dos serviços públicos	679
13.4.1 Uma conclusão parcial: o que é um serviço público?	682
13.5 Serviços públicos e o transporte público urbano.....	682
13.6 Conclusão	689
SOBRE OS AUTORES.....	691